

Pontos principais do programa

RETOMADA DO CRESCIMENTO, UMA DAS METAS.

Estes são os principais pontos que serão anunciados por Paulo Haddad:

- Retomada do crescimento econômico através de ações que possibilitem a redução das taxas de juros e a geração de empregos, beneficiando especificamente a população de baixa renda. A projeção oficial é de um crescimento da economia de 5% do PIB no biênio 93/94, mas o ministro Paulo Haddad acredita que o crescimento possa chegar a 6%;

- O governo se compromete com a estabilidade das regras e afasta a adoção de medidas como congelamento de preços, bloqueio de ativos financeiros e mudanças abruptas nos critérios de correção monetária. Nenhuma medida de política econômica será adotada se não puder ser discutida previamente com a sociedade;

- Reafirmação dos compromissos já firmados na renegociação da dívida externa e garantia de total normalização nas relações financeiras internacionais. O cronograma de abertura da economia será mantido e os programas de privatização e desregulamentação serão aperfeiçoados;

- Negociação com o Congresso para aprovação da reforma fiscal;

- O governo quer um Banco Central independente e a fixação de um mandato para os dirigentes do BC, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados. O governo se compromete a tornar transparentes as operações entre o BC e o Tesouro Nacional e os Tesouros estaduais;

- Política salarial que preserve o poder de compra dos trabalhadores de categorias não organizadas e estimule a

negociação direta dos trabalhadores organizados;

- Equacionamento dos problemas estruturais como o déficit da Previdência Social, as dívidas dos Estados e municípios e das empresas estatais. O débito das estatais somava, em outubro, mais de US\$ 93 bilhões. O endividamento do setor público, ao final do ano passado, era superior a US\$ 146 bilhões, sendo US\$ 60 bilhões de dívida interna;

- Aperfeiçoar a atuação dos bancos estaduais, que deverão voltar suas atividades para funções específicas. O objetivo é evitar que eles continuem a ser instrumento de uso político de verbas públicas em períodos eleitorais;

- Aprimoramento dos instrumentos de política fiscal, monetária, cambial e de tarifas e preços públicos. A política fiscal possibilitará um aumento da arrecadação, desoneração do setor produtivo formal, simplificação da estrutura tributária, corte nas despesas e eficiência no gasto público. A política monetária será praticada mantendo-se as taxas de juros reais (acima da inflação) para impedir uma explosão inflacionária. Numa segunda etapa, quando o governo gerar superávits fiscais sustentáveis, o Banco Central assumirá maior liberdade na definição das taxas de juros;

- A taxa de câmbio continuará real para estimular as exportações. O governo se compromete a evitar atrasos na correção cambial. As tarifas e preços públicos serão fixados privilegiando a população de baixa renda. Os percentuais de aumento deixam de representar mero repasse da inflação e passam a refletir a evolução dos custos das estatais.